

-----**ATA NÚMERO 30/2014**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM VINTE E QUATRO DE JULHO DO ANO DOIS MIL
E CATORZE.**-----

-----Aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano dois mil e catorze, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, com a presença da Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo Luis, e dos Senhores Vereadores: Dr. Bruno Miguel Camacho Pereira, Dr. Domingos Manuel Martins Rodrigues, Dr. Paulo Alexandre de Atouguia Aveiro, José Manuel de Sousa Rodrigues, Dra. Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Dra. Vanda Maria de Fátima Sousa de França Correia de Jesus, Eng. Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Dr. Artur Alberto Fernandes Andrade e Eng. João José Nascimento Rodrigues. A secretariar esteve presente o Dr. Rui Emanuel Sousa Abreu, diretor do Departamento Administrativo.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - O Senhor Presidente iniciou este período, dando conhecimento da introdução, por motivo de urgência, dum ponto na Ordem do Dia relacionado com a alteração de alinhamentos na zona do Paiol.-----
-----Em seguida deu conta da sua deslocação a St. Helier, Jersey, a convite do Mayor da cidade, dizendo que esta visita teve por objetivo estreitar os laços entre as cidades, que são geminadas.---
---Informou que houve um encontro com as três cidades geminadas com St. Helier, reunião com deputados e com o Bailif, bem como visitas de trabalho, como por exemplo, na área de recolha e tratamento dos resíduos sólidos.-----
---Informou ainda que a comunidade Portuguesa/Madeirense é a comunidade estrangeira mais preponderante e que se queixa da falta do voo direto que a SATA fazia para o Funchal. Que estes emigrantes solicitaram uma maior participação do Funchal na Festa de Portugal.-----
---Disse ter surgido também a ideia de fazer a semana de St. Helier no Funchal, valorizando o emigrante e trazendo um pouco daquela Ilha à Madeira.-----
---A concluir, defendeu que é necessário um trabalho de captação de investimento desta comunidade na Madeira.-----
---Sobre este assunto, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, lembrou um exemplo de uma associação que foi criada em Santana, trata-se da Associação Empresarial Santana Madeira Londres, constituída por empresários e não só, que visa estreitar

relações no âmbito social e no âmbito do investimento. -----

----- - Interveio de seguida a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, para dar conhecimento que foi aprovada a Candidatura do Pomar Comunitário do Palheiro Ferreiro, e que no dia doze de agosto, Dia Internacional da Juventude, a Câmara irá organizar com a Frente MarFunchal várias atividades destinadas aos jovens.-----

----- - Retomando a palavra, o Senhor Presidente, e relativamente à questão das 35 horas, informou que os contratos das câmaras municipais, nomeadamente o do Funchal, aguardam no Governo, apesar deste, para os seus serviços, já estar a implementar as 35 horas. Disse que gostaria que, em agosto, todos os funcionários das câmaras já estivessem abrangidos por este horário. Lamentou a demora injustificável do Governo Regional, bem como a diferença de tratamento dos funcionários, sendo que a Câmara Municipal do Funchal já enviou em tempo útil suficiente para a devida outorgação.-----

----- - Tomando a palavra, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, referiu que a grande maioria das câmaras já assinou, lamentando que a Câmara do Funchal ainda não o tenha feito. Há expetativas criadas que foram defraudadas, porque já passaram sete meses e nada foi concretizado. Disse que é necessário informar os trabalhadores sobre a responsabilidade deste atraso, uma vez que é o Governo que está a impedir a sua concretização.--

----- - A Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, tomando a

palavra alertou, tal como o fez no início do mandato deste executivo, sobre as obrigações que a Câmara Municipal do Funchal tem em relação às escolas do 1º ciclo. Referiu, a título de exemplo, o facto da Escola Visconde Cacongo ter feito diversas solicitações à Câmara, não tendo obtido quaisquer respostas. Trata-se de pedidos simples e fáceis de resolver, tais como a colocação de um mini ecoponto, já solicitado há alguns meses, e mais recentemente de suportes para WC (saboneteira e suporte para papel de mãos). --

---Respondendo à questão das escolas, a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, informou que, ainda ontem, foram despachados pedidos.-----

----- - Seguidamente interveio o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, questionando a situação dos trabalhadores da SEP.-----

---O Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, relativamente aos contratos de trabalho destes trabalhadores solicitados pela CMF, informou que o Tribunal não os enviava porque o advogado da Câmara, nesta ação, já os teria desde o início do processo.-----

-----Continuando na sua intervenção, o Senhor Vereador João Rodrigues, e em relação aos parquímetros cuja concessão termina a cinco de agosto, perguntou se a Câmara já está preparada para fazer a exploração.-----

---Sobre esta questão, o Senhor Vereador Miguel Gouveia informou que formou uma equipa técnica para fazer a sua receção.-----

---O Senhor Presidente complementou a informação dizendo que este assunto irá ser presente à próxima reunião.-----

-----Prosseguindo no uso da palavra, o mesmo Vereador abordou a situação das instalações da Judiciária, dizendo que, segundo informação, aquele espaço irá ser ocupado pelo Tribunal de Família e Menores.-----

---Em relação a este assunto, o Senhor Presidente disse que a Câmara aguarda resposta à posição tomada, que é a de manutenção do pagamento de renda à Autarquia por parte do Ministério da Justiça. Disse ainda que a Câmara não pretende chegar a um ponto de litígio, mas se for necessário utilizará todos os meios legais ao seu alcance para fazer valer os seus direitos.-----

---O Senhor Vereador Miguel Gouveia, e sobre o mesmo assunto, referiu que o Departamento Jurídico o informara de que, logo que a Polícia Judiciária abandonasse as instalações, a Câmara tomaria posse do espaço, negociando, se houver disponibilidade, com o Ministério da Justiça.-----

-----A terminar a sua intervenção, o Senhor Vereador do PSD, João Rodrigues, perguntou se havia alguma informação acerca das obras no Sítio do Laranjal, cujas escadinhas estão em péssimo estado, uma vez que se aproxima mais uma reunião pública.-----

---O Senhor Vereador Miguel Gouveia informou que passou no local tendo verificado que o Governo já procedera ao arranjo das escadas, faltando ainda as guardas.-----

----- - Tomando a palavra, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, deu conta da insatisfação de vários munícipes, os quais dizem não obter respostas da Câmara às

cartas que enviam. Várias pessoas fizeram-lhe chegar que, principalmente, nos dois últimos meses isso tem acontecido.-----

-----Colocou depois a questão dos discursos, das diversas forças políticas, no Dia da Cidade. Em seu entender, deve ser clarificado se é um membro da Câmara ou da Assembleia, para evitar a confusão como a que houve na Câmara do Porto Moniz.-----

-----Em seguida perguntou quais os resultados da visita efetuada pelo Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vice-Presidente do Governo Regional, às obras da Frente Mar.-----

---O Senhor Presidente informou que a visita teve a ver com a escultura dos “500 anos da Diocese do Funchal” e a possibilidade de colocá-la na Alameda em frente à Assembleia Legislativa Regional. Não foi possível o enquadramento e voltou à opção inicial do Almirante Reis.-----

---Outro assunto foi a doca de autocarros de turismo em frente à Praça da Autonomia, pois a Câmara quer libertar ao máximo aquela zona de autocarros.-----

---Também foi tomado conhecimento da zona dos achados arqueológicos.-----

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, levantou a questão das alterações na obra da Frente Mar, dizendo que, à partida, não está contra, até porque não as conhece. Entende é que a Câmara deve ter conhecimento dessas alterações, que se dizem existir e com alguma relevância, para além daquelas que os achados arqueológicos impuseram.-----

----- - O Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, a este propósito, reiterou assunto já colocado sobre o estudo da semaforização da Avenida do Mar, cuja prioridade era o transporte público naquela Avenida. Salientou que era importante que esse estudo se fizesse.--

-----Este Vereador chamou ainda a atenção para o pilarete do Largo Gil Eanes, que está sempre em baixo e não está a funcionar.-

---Em relação ao pilarete, a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, informou que tem havido muitos danos no mesmo, que tem provocado a sua inoperacionalidade.-----

----- - O Senhor Vereador da CDU, Artur Andrade, interveio novamente para colocar mais algumas questões:-----

--- - Rua da Carreira/Edifício “Caju”: perguntou se a Câmara fez nova vistoria ao edifício “Caju”, localizado na Rua da Carreira, salientando que os transeuntes continuam a manifestar preocupações relativamente à segurança do prédio;-----

---O Senhor Vereador Miguel Gouveia informou que o Departamento de Obras Públicas fez uma vistoria que aponta para não existir perigo de desabamento.-----

--- - Mercado da Penteada: disse que gostaria de ter acesso ao Plano de Reconversão do Mercado;-----

--- - Plano de Emergência Municipal: relativamente ao Plano de Emergência Municipal, questionou o ponto de situação ou que o mesmo fosse abordado numa das próximas reuniões;-----

---O Senhor Presidente informou que o Plano já está homologado e publicado.-----

--- - Aviário em São João de Latrão: levantou o problema deste aviário, nomeadamente no verão com inalação dos cheiros, etc. O mesmo tem um licenciamento antigo, pelo que propunha a possibilidade de algumas medidas, mormente a nível da limpeza;---

--- - Suspensão do PDM: referiu que a posição da Câmara foi a de não se pronunciar sobre a suspensão do PDM, para efeitos da ampliação do hospital, devido à falta de elementos. Contudo, o ofício da CMF que transmitiu a decisão ao Governo Regional é ambíguo e deu azo a que houvesse aproveitamentos desnecessários. Defendeu, neste sentido, que deve ser reafirmado aquilo que foi a decisão da Câmara e pedir novamente os elementos em falta, porque apenas chegou o projeto de arquitetura. Em sua opinião, é importante que assim se faça, ao invés de se andar a enredar o assunto.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista, bem como do assunto já referenciado pelo Senhor Presidente no período antes da ordem do dia, ao abrigo do estatuído no artigo 11º do Regimento das Reuniões constatada a urgência de tomada de deliberação sobre o mesmo. -----

ALTERAÇÃO DE ALINHAMENTOS NA ZONA DO PAIOL: -

Considerando o exposto na informação do Departamento de Obras Públicas (refª 106/DOP/14), a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração dos alinhamentos na zona do

Paiol (Achada), a qual se traduz essencialmente na redução da dimensão do nó de ligação entre os arruamentos e a supressão dum passeio numa das bermas da continuação da Rua do Paiol.---

1 – EMPRESAS MUNICIPAIS:-----

----- - **Estatutos da “Frente MarFunchal, Gestão e Exploração de Espaços públicos, E.M”:** - O Senhor Presidente submeteu ao

Executivo a seguinte proposta de deliberação:-----

---“Considerando que: a) A “Frente MarFunchal, Gestão e Exploração de Espaços Públicos, E. M.” doravante “Frente MarFunchal, E. M.” empresa do setor empresarial local, tutelada pelo Município do Funchal, submeteu à Câmara Municipal uma proposta de novos estatutos; b) Tal proposta visa adequar, mais fidedignamente, os estatutos da referida entidade ao regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n° 50/2012, de 31 de agosto, diploma que por sua vez revogou as Leis n°s. 53-F/2006, de 29 de dezembro, e 55/2011, de 15 de novembro; c) A alínea n) do n°1 do artigo 25°, da Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, estabelece que compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, deliberar sobre a criação de serviços municipalizados e todas as matérias previstas no regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais que o mesmo não atribua à câmara municipal; d) A já citada Lei n° 50/2012, de 31 de agosto, não atribui competências à Câmara Municipal, “de per si”, para aprovar estatutos ou alterações estatutárias das empresas locais.

Tenho a honra de propor à Câmara Municipal que delibere, ao abrigo da alínea n), do nº 1 do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta de novos Estatutos da “Frente MarFunchal, E.M.”, que constitui anexo à presente deliberação, sendo da mesma parte integrante.”-----

---Intervindo, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, começou por fazer um reparo pelo facto do documento ter sido recebido ontem, o que é um prazo demasiado curto para poder ser analisado e fora do que está no Regimento. Fez notar que estes assuntos, que vão à Assembleia Municipal, devem ser distribuídos com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da reunião de Câmara.-----

---O Senhor Presidente fundamentou a proposta, referindo as alterações que foram introduzidas, nomeadamente: - no ponto 2 do art.º 6º, que não existia anteriormente; - art.º 8º, nº 2, alínea d); - art.º 14º, nº 4; - art.º 21º; - art.º 22 é o antigo 23º; - art.º 24º eliminado; - art.º 25º eliminado.-----

--- - Colocada à votação, foi aprovada, por maioria, com abstenção do PSD.-----

---O Senhor Vereador Bruno Pereira justificou que a abstenção do PSD teve a ver com o curto espaço de tempo que houve para análise do documento e pediu que no futuro não se repitam situações destas.-----

---A presente deliberação é, ao abrigo do disposto no número três do artigo cinquenta e sete da Lei número setenta e cinco/dois mil e

treze, de doze de setembro, e do número três do artigo vinte um do Regimento das Reuniões, aprovada em minuta para a produção de efeitos imediatos.-----

2 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS:-----

----- - **Aquisição de Serviços de Publicidade nas revistas Saber, Fiesta e Tribuna da Madeira- parecer prévio:** - Foram

colocados à apreciação os documentos em epígrafe referenciados.--

---Tomando a palavra, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, teceu algumas considerações a este tipo de contratos, que criam questões éticas.-----

---O Senhor Vereador Bruno Pereira intervindo, disse que em coerência com a posição assumida pelo PSD, em caso semelhante com o Diário de Notícias, não acha justificável qualquer publicidade em órgão de comunicação social, atendendo às carências financeiras que hoje se verificam. Acresce ainda o facto de não ter conhecimento do tipo de publicidade irá ser efetuada.---

---O Senhor Presidente esclareceu tratar-se da renovação dum contrato já existente. Que a publicidade será para os serviços da Câmara e não propaganda política.-----

---O Senhor Vereador do CDS/PP, José Manuel Rodrigues, propôs que fosse retirado do contrato com a Revista Saber “uma página e meia de reportagem mensal”, sendo a mesma aceite.-----

----- - Assim, a Câmara deliberou, por maioria, com votos contra do PSD e CDU, dar parecer prévio favorável à celebração de contrato de aquisição de serviços de publicidade nas revistas

Saber, Fiesta e Tribuna da Madeira, nos valores estimados de €4.200,00 (quatro mil e duzentos euros), cada, acrescido do IVA.---

----- - **Aquisição de Serviços de Auditoria Financeira** -

parecer prévio: - O Senhor Vereador Miguel Gouveia fez a apresentação do documento, justificando-o com a necessidade de fazer um orçamento a 4 (quatro anos), devido à nova Lei (Lei nº 73/2013, de 3 de setembro). Referiu que há compromissos plurianuais assumidos, que não deixam margem à Câmara para investimentos. Sublinhou que a auditoria acaba por servir para ponto de partida do orçamento e uma radiografia da atual situação.-----

---O Senhor Vereador Paulo Atouguia, do PSD, afirmou ser fundamental a transparência nas contas públicas, e é favorável que tudo seja feito nesse sentido. Contudo fez notar que não faz sentido que, nove meses após ter tomado posse, a atual Vereação, que já elaborou um orçamento e aprovou as contas de 2013, e teceu públicas críticas sobre as contas dos exercícios anteriores, venha agora gastar mais recursos públicos numa nova auditoria com o objetivo de “conhecer a situação financeira do Município”, por isso esta proposta não tem qualquernexo, a não ser numa ótica de “caça às bruxas” e desresponsabilização pela inércia executiva a que se assiste.-----

---Acrescentou ainda: “Este mesmo propósito – auditoria financeira - já foi assumido e amplamente noticiado em dezembro passado, tendo sido adjudicada à empresa UHY e pensamos que tenha sido

realizada, mas não sabemos nada dessa auditoria. Agora, aparentemente, pretende-se que venha novamente a ser feita.”-----

---Respondendo, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, esclareceu que a auditoria anterior visava a parte processual dos procedimentos e uma eventual nova orgânica. Essa auditoria aponta para um conjunto de sugestões dos procedimentos para o futuro. A auditoria financeira não foi efetuada, por isso são auditorias de âmbitos diferentes.-----

---Por sua vez, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, referiu que foi dito publicamente que era uma auditoria financeira. Essa foi a justificação. Afinal não foi efetuada e fez-se outra coisa, o que é grave, contratou-se uma coisa e fez-se outra. Afirmou que agora comete-se novamente o mesmo erro, o que está escrito é uma coisa e a argumentação do Vereador é outra.-----

---Intervindo, o Senhor Vereador da CDU, Artur Andrade, disse que a primeira questão é saber se na primeira auditoria foi efetivamente cumprido o caderno de encargos, e pelos vistos não. Quanto a esta auditoria, referiu que a CDU é a favor da transparência e, por isso, politicamente, votará a favor desta proposta. Pensa é que se perderam imensos meses nesta questão.--

---O Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, por seu turno, disse que também tinha a ideia que esta auditoria já tinha sido objeto de deliberação. Constata agora que não foi realizada auditoria financeira, mas outra coisa. Vota a favor da proposta, mas não deixa de registar que não tenha sido efetuada a auditoria

aprovada na reunião de Câmara, mas sim outra coisa que não foi contratada.-----

---O Senhor Presidente interveio dizendo que estas auditorias são substancialmente diferentes. “As conclusões dos procedimentos futuros são importantes, e é isso que foi feito. Nesta altura, o que a Câmara está a fazer é aferir, com toda a clareza, a situação financeira, pela proximidade da elaboração do próximo orçamento”, acrescentou.-----

--- - Colocada à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do PSD, em função do despacho de autorização para abertura do procedimento acima identificado, emitido pelo Senhor Vereador do Pelouro, dar parecer prévio favorável à celebração do respetivo contrato de prestação de serviços, no valor estimado em €19.500,00 (dezanove mil e quinhentos euro), acrescido de IVA.----

-----**Declaração de Voto do PSD:** “O nosso sentido de voto justifica-se mais uma vez, porque o documento de suporte para a deliberação está incompleto. Atendendo ao que aconteceu, parece que andamos a brincar às auditorias”.-----

----- - **Aquisição de Serviços de Certificação Legal de Contas – parecer prévio:** - Considerando o despacho de autorização emitido pelo Senhor Vereador do Pelouro para abertura do procedimento acima mencionado, a Câmara deliberou, por unanimidade, dar parecer prévio favorável à celebração do contrato de prestação de serviços respetivo, no valor estimado em € 45.000,00 (quarenta e cinco mil euros) para dois anos de exercício, acrescido de IVA.-----

3 – REGULAMENTOS MUNICIPAIS:-----

----- - Projeto de Regulamento do Programa de Atribuição de Subsídio Municipal ao Arrendamento – Submissão a

apreciação pública: - A Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, apresentou o projeto de regulamento em epígrafe identificado.-----

---Tomando a palavra, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, disse ter algumas dúvidas, que apresentará na discussão pública, nomeadamente quanto ao subsídio que deveria ser fixo ou percentual e o limite máximo de € 475,00 (quatrocentos e setenta e cinco euros).-----

---O Senhor Vereador Artur Andrade referiu que a CDU fará as suas propostas na discussão pública. Julga que esta discussão deve ser prolongada para 60 (sessenta) dias, por motivo de férias no mês de agosto, por forma a permitir maior participação.-----

---Relativamente ao projeto em apreço, o Senhor Vereador do PSD, Paulo Atouguia, referiu: “A questão da habitação é fundamental e a Câmara tem responsabilidades nesta área, e, em princípio, o apoio ao arrendamento para famílias em dificuldades financeiras pode ser um programa de ajuda eficaz. O que é lamentável é que, numa matéria desta importância, tenhamos recebido uma vez mais o documento muito depois do prazo estipulado, sem o mínimo de tempo para o analisar em profundidade, e quando o programa já tinha sido divulgado à comunicação social antes mesmo de ter sido aprovado em reunião de Câmara. Isto é, apresentado como facto

consumado, o que já não é novo neste executivo minoritário que gere a Câmara, e deixa perceber que não existe interesse nos contributos dos demais vereadores. Ainda assim, apresentaremos as nossas propostas na discussão pública. Agora, numa primeira leitura é possível perceber que não houve o cuidado de falar e coordenar apoios com outras entidades que atribuem apoios ao arrendamento (IHM, IHRU, Segurança Social) e que alguns aspetos estão omissos ou mal regulamentados (situação específica das famílias unipessoais e monoparentais, diferenciação de dimensões dos fogos e agregados, tramitação do processo de apoio, entre outros). Todo este processo leva-nos a rezear que, uma vez mais, a principal preocupação não seja criar um programa para ajudar efetivamente as pessoas com dificuldades básicas, mas que o grande objetivo seja obter alguns títulos de primeira página sorridentes na comunicação social”.

---O Senhor Presidente ripostou dizendo que, os Vereadores do PSD estão incomodados com a liberdade de imprensa. “Nós vamos continuar a informar os munícipes da forma que entendemos, e somos nós que gerimos a Câmara. Queremos uma discussão pública para permitir uma grande participação da população”, afirmou.

---O Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, questionou o facto de a notícia ter saído na véspera desta reunião. Disse que era mais correto, por parte da Câmara, ter sido dado conhecimento à imprensa hoje ou amanhã, uma vez que tiveram conhecimento pelo

Diário de Notícias, ainda antes de receberem os documentos, e o efeito prático da divulgação à população era o mesmo.-----

---Sobre esta questão o Senhor Presidente disse não querer pronunciar-se.-----

---Usando da palavra, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, começou por dizer que as críticas que a Vereação da Mudança costuma fazer a outras instituições, nomeadamente ao Governo, na prática, faz o mesmo com os Vereadores da oposição.-----

---Quanto à discussão pública, disse que é uma imposição da lei, não é nada de novo, já antes era feito.-----

---O Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, por sua vez, disse que é verdade que cada um gere a informação como bem quer. Mas também têm de sujeitar-se às críticas que outros bem entendam fazer. A gestão política tem os seus custos e os seus contrapontos.-

---O Senhor Vereador Bruno Pereira voltou a intervir dizendo que o sentido de voto do PSD é o de abstenção, pelas razões apontadas pelo seu colega de partido, Senhor Vereador Paulo Atouguia, e uma vez que há discussão pública reservam para mais tarde uma posição definitiva.-----

--- - Após apreciação, a Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do PSD, em cumprimento do artigo 118º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 442/91, de 15 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 6/96, de 31 de janeiro, submeter o Projeto de Regulamento do Programa de Atribuição de Subsídio Municipal de Arrendamento à apreciação

pública, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.-----

---A presente deliberação é, ao abrigo do disposto no número três do artigo cinquenta e sete da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, e do número três do artigo vinte um do Regimento das Reuniões, aprovada em minuta para a produção de efeitos imediatos.-----

4 – ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS DE ASSIDUIDADE E BONS SERVIÇOS:-----

----- - **Atribuição de Medalhas de Assiduidade e Bons Serviços a funcionários municipais:** - Foi aprovada, por unanimidade, a deliberação do seguinte teor:-----

---“ Tendo em consideração o disposto no artigo 20.º e seguintes do Regulamento de Medalhas Municipais, aprovado na Reunião da Assembleia Municipal do Funchal de 26 de Março de 1985, a Medalha de Assiduidade e Bons Serviços destina-se a galardoar os servidores municipais que tenham revelado no exercício do seu cargo exemplar assiduidade, dedicação e zelo. As diversas categorias da Medalha de Assiduidade e Bons Serviços são atribuídas aos servidores municipais que tenham completado os seguintes módulos de tempo de serviço: a) Ouro – 35 anos; b) Prata – 25 anos; c) Cobre – 15 anos. Usando da competência atribuída pelo artigo 22.º do Regulamento de Medalhas Municipais, a Câmara Municipal do Funchal delibera que sejam concedidas MEDALHAS DE ASSIDUIDADE E BONS SERVIÇOS aos funcionários abaixo mencionados, que reúnem as condições para

receberem uma condecoração no próximo dia 21 de agosto de 2014. **MEDALHA DE OURO:** 1. **Alcindo Francisco Freitas Castro**, Encarregado Operacional, do Departamento de Água e Saneamento Básico; 2. **António Figueira Nascimento**, Assistente Operacional, do Departamento de Obras Públicas; 3. **António José Pereira**, Assistente Operacional, do Departamento de Obras Públicas; 4. **Aurélio Castro Santos Figueira**, Assistente Técnico, do Departamento de Educação e Promoção Social; 5. **Betina Solange Sousa**, Assistente Técnica, do Departamento de Cultura, Turismo e Desporto; 6. **Carlos Alberto Freitas Aguiar**, Assistente Operacional, do Departamento de Trânsito; 7. **Jaime Freitas**, Assistente Operacional, do Departamento Financeiro; 8. **João Gil Rodrigues Mano**, Encarregado Operacional, do Departamento de Obras Públicas; 9. **João Manuel Rodrigues**, Encarregado Operacional, do Departamento Financeiro; 10. **José António Fernandes Gomes Aguiar**, Assistente Operacional, do Departamento de Obras Públicas; 11. **José Clemente Pinto**, Assistente Operacional, do Departamento de Obras Públicas; 12. **José Manuel Abreu**, Encarregado Operacional, do Departamento de Água e Saneamento Básico; 13. **José Maria Correia Gonçalves**, Assistente Operacional, do Departamento de Ambiente; 14. **José Osvaldo Fernandes Lucas**, Coordenador Técnico, do Departamento de Recursos Humanos; 15. **José Silvestre Vieira Nunes**, Encarregado Operacional, do Departamento de Planeamento Estratégico; 16. **Maria Sílvia Gomes**, Coordenadora

Técnica, do Departamento de Obras Públicas. **MEDALHA DE PRATA:** 1. **Agostinho Chaves Freitas Caetano**, Assistente Operacional, do Departamento de Água e Saneamento Básico; 2. **Ana Amaro Nunes Freitas**, Técnica Superior, do Departamento de Ciência; 3. **Carlos Martinho Silva Sousa**, Assistente Operacional, do Departamento de Água e Saneamento Básico; 4. **Décio José Camacho Oliveira**, Assistente Técnico, do Departamento de Obras Públicas; 5. **Fátima Maria Rodrigues Gomes**, Assistente Técnica, do Departamento Administrativo; 6. **Filipe Santos Rodrigues**, Assistente Técnico, do Departamento Financeiro; 7. **Heliodoro de Jesus Soares**, Assistente Técnico, do Departamento de Água e Saneamento Básico; 8. **João Paulo Livramento**, Assistente Operacional, do Departamento de Água e Saneamento Básico; 9. **José Ilídio Gomes Schilling**, Assistente Operacional, do Departamento de Água e Saneamento Básico; 10. **José Luis Andrade Barros**, Assistente Operacional, do Departamento Financeiro; 11. **José Luis Freitas Faria**, Assistente Operacional, do Departamento de Obras Públicas; 12. **José Manuel Fernandes Hipólito**, Assistente Operacional, do Departamento Financeiro; 13. **José Manuel Gomes da Silva**, Técnico de Informática, do Departamento de Sistemas e Tecnologias de Informação; 14. **José Maurício Carvalho**, Assistente Técnico, do Departamento de Ambiente; 15. **José Miguel Teixeira Neves**, Assistente Operacional, do Departamento Financeiro; 16. **Juan Fernando Carvalho Mata**, Assistente Técnico, do Departamento de Espaços

Verdes; 17. **Júlio Coelho Dias Barreto**, Encarregado de Brigadas do Serviço Limpeza, do Departamento de Espaços Verdes; 18. **Laurindo Caldeira Teixeira**, Assistente Operacional, do Departamento de Cultura, Turismo e Desporto; 19. **Maria Alexandra Gonçalves Gouveia**, Chefe de Divisão, do Departamento de Urbanismo; 20. **Maria de Fátima Santos**, Técnica Superior, do Departamento de Cultura, Turismo e Desporto; 21. **Maria Lucilina Abreu Gouveia**, Assistente Técnica, do Departamento de Cultura, Turismo e Desporto; 22. **Maria Lucínia Freitas Marques Jardim Sousa**, Assistente Técnica, do Departamento de Cultura, Turismo e Desporto; 23. **Maria Margarida Fernandes Jardim Teixeira**, Assistente Operacional, do Departamento de Educação e Promoção Social; 24. **Maria Nivalda Vieira Barradas**, Assistente Operacional, do Departamento de Proteção Civil e Bombeiros; 25. **Maria Rosário Gouveia Viveiros**, Assistente Técnica, do Departamento de Urbanismo; 26. **Maria Virgínia Marques Nóbrega Ramos**, Coordenadora Técnica, do Departamento de Água e Saneamento Básico; 27. **Martini Jardim Santos Gomes**, Assistente Técnica, do Departamento Administrativo; 28. **Olímpia Rosa Saldanha Vieira Vasconcelos**, Assistente Técnica, do Departamento de Planeamento Estratégico; 29. **Paulo António Rodrigues Alves**, Especialista de Informática, do Departamento de Sistemas e Tecnologias de Informação; 30. **Ricardo Moura Vieira**, Assistente Operacional, do Departamento de Água e Saneamento Básico; 31.

Rita Maria Correia Andrade, Assistente Técnica, do Departamento de Obras Públicas; 32. **Rui Manuel Costa Freitas Mendonça**, Assistente Operacional, do Departamento de Ambiente; 33. **Rui Nélio Rodrigues Pereira**, Assistente Técnico, do Departamento de Água e Saneamento Básico; 34. **Sérgio Miguel Jardim Silva**, Assistente Técnico, do Departamento de Urbanismo; 35. **Valdemar Félix Rodrigues**, Técnico de Informática, do Departamento de Sistemas e Tecnologias de Informação; 36. **Valdemar Marcos Ferreira Faustino**, Técnico Superior, do Departamento de Cultura, Turismo e Desporto. **MEDALHA DE COBRE:** 1. **Alexandra Maria Correia Castro**, Assistente Técnica, do Departamento Administrativo; 2. **Ana Mafalda Sousa**, Chefe de Divisão, do Departamento Jurídico; 3. **Antonino Valério Ferreira Quintal**, Assistente Técnico, do Departamento de Urbanismo; 4. **Elisabete Encarnação Henriques Sousa**, Técnica Superior, do Departamento de Educação e Promoção Social; 5. **Emanuel João Gonçalves**, Assistente Operacional, do Departamento Administrativo; 6. **Emília Clara Lima Correia Almeida Barreira**, Técnica Superior, do Departamento Financeiro; 7. **Eugénio Viana Sousa Santos**, Técnico Superior, do Departamento de Educação e Promoção Social; 8. **Filomena Figueira Correia**, Assistente Operacional, do Departamento de Ambiente; 9. **Guida Maria Freitas Santos**, Assistente Operacional, do Departamento de Ciência; 10. **Helena Conceição Rodrigues**, Assistente Operacional, do Departamento de Ambiente; 11. **João Abel Freitas Figueira**, Assistente

Operacional, do Departamento Financeiro; 12. **José Guilherme Ferreira Castro**, Assistente Operacional, do Departamento de Obras Públicas; 13. **Manuel Egídio Fernandes Tem Tem**, Assistente Operacional, do Departamento de Obras Públicas; 14. **Marcelo Ricardo Jesus Sousa**, Assistente Operacional, do Departamento Financeiro; 15. **Marco Nélio Nunes Rodrigues**, Assistente Operacional, do Departamento Administrativo; 16. **Margarida Maria Ferreira Tanque**, Assistente Operacional, do Departamento de Espaços Verdes; 17. **Maria Cristina Pestana**, Assistente Operacional, do Departamento de Ambiente; 18. **Maria Dora dos Santos Jardim**, Assistente Operacional, do Departamento Administrativo; 19. **Maria Elisabete Fernandes Oliveira**, Assistente Operacional, Serviços Sociais; 20. **Maria Goreti Teixeira Andrade Vasconcelos**, Assistente Operacional, do Departamento Jurídico; 21. **Maria de Jesus Rodrigues Ferreira**, Técnica Superior, do Departamento de Cultura, Turismo e Desporto; 22. **Maria José Teixeira Fernandes da Silva Sousa**, Assistente Operacional, do Departamento de Ambiente; 23. **Maria Manuela Silva Teles**, Assistente Operacional, da SÓCIOHABITAFUNCHAL, E.M.; 24. **Maria Rosário Silva Sousa Ferreira**, Assistente Operacional, do Departamento Administrativo; 25. **Miguel Sousa Gonçalves**, Assistente Operacional, do Departamento Financeiro; 26. **Nélia Susana Fernandes Ferreira**, Técnica Superior, do Departamento de Educação e Promoção Social; 27. **Raúl Alves Nunes**, Assistente Técnico, do

Departamento de Recursos Humanos; 28. **Ricardo Jorge Pontes Gouveia**, Assistente Técnico, do Departamento de Educação e Promoção Social; 29. **Romeu Miguel Frias Malho**, Assistente Técnico, do Departamento de Recursos Humanos; 30. **Sérgio Paulo Abreu Fernandes**, Técnico de Informática, do Departamento de Sistemas e Tecnologias de Informação; 31. **Sónia Maria Aguiar Teixeira Dória**, Técnica Superior, do Departamento de Educação e Promoção Social; 32. **Susana Paz Catanho Ferreira**, Assistente Técnica, do Departamento de Educação e Promoção Social.”-----

5 – CONCESSÃO DE APOIOS:-----

----- - **Associação dos Amigos da Arte Inclusiva Dançando com a Diferença**:- Em presença do pedido de apoio financeiro, na ordem de €2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), solicitado pela Associação dos Amigos da Arte Inclusiva Dançando com a Diferença (proc.º 10664/14), o qual tem por objetivo a cobertura de parte dos custos de produção do evento “Intervenção Urbana CEGOS” a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar, com base no parecer do Departamento Jurídico (refª. 120/DJ/2014).-----

---Relativamente a este processo, a Vereação do PSD criticou, uma vez mais, e chamou a atenção para os prazos, considerando que a atividade já se desenvolveu há imenso tempo.-----

6 – ACIDENTES NA VIA PÚBLICA/INDEMNIZAÇÃO: - A pedido de Nélcio Duarte Fernandes Rodrigues (proc.º 14759/14), a Câmara deliberou, por unanimidade, tendo por base a informação do Departamento de Ambiente (refª I-2014/7029), autorizar o

pagamento da indemnização no valor de €199,32 (cento e noventa e nove euros e trinta e dois cêntimos), acrescido de IVA, pelos danos causados na viatura Citroen Saxo (87-01-OM), devido ao deslizamento de um contentor coletivo público.-----

7 – PROPOSTAS DA VEREAÇÃO:-----

----- - **Proposta de Resolução da CDU, intitulada “Novo Hospital do Funchal”**: - O Senhor Vereador Artur Andrade

apresentou a proposta, que abaixo se transcreve:-----

---“O Governo Regional tem reiteradamente mantido a sua posição de proceder a obras de ampliação do Hospital Dr. Nélio Mendonça, na zona da Cruz de Carvalho, freguesia de São Pedro, um projeto dispendioso e que não resolve um conjunto de problemas estruturais que afetam esta infraestrutura vital para a Região Autónoma da Madeira e para as suas populações. A decisão de levar avante este projeto de ampliação da unidade implica a execução de um conjunto de infraestruturas compreendendo 6 edifícios de 10 pisos cada, dos quais 3 pisos seriam projetados acima do plano de referência do Hospital Dr. Nélio Mendonça, 9 pisos acima do arruamento de acesso ao Porto do Funchal e 1 piso em cave, o que implicaria a ocupação de áreas definidas pelo Plano Diretor Municipal do concelho do Funchal como “Zona Verde Urbana de Proteção” e “Zona Habitacional de Média Densidade”, sendo que a área em causa ascende a 16.684 m² definidos como “non aedificandi” (correspondendo à “Zona Verde Urbana de Proteção”). Trata-se, portanto de uma decisão que, sob diversos

pontos de vista, é contraditória e gera um conjunto de dúvidas e interrogações quanto à sua concretização. Para além da área em questão não apresentar características edificatórias, não foram fornecidos estudos relativos à aptidão do uso dos solos ou de avaliação ambiental estratégica que confirmem a efetiva possibilidade de construção de uma infraestrutura com tal volumetria. A este conjunto de questões podemos adicionar outras relacionadas com o estudo de programação de equipamentos públicos, estudos de consolidação da escarpa, afastamentos regulamentares definidos para as linhas de água, entre outros aspetos, dos quais não foi disponibilizada informação por parte do Governo Regional. Face a este conjunto alargado de situações e ausência ou desconhecimento de estudos apropriados e, embora tratando-se de um equipamento de caráter supramunicipal, a Câmara Municipal do Funchal, em defesa dos munícipes e da população da Região Autónoma da Madeira em geral, bem como dos seus visitantes, deve exigir que o Governo Regional, face ao conjunto de situações colocadas, reflita e pondere a sua decisão no sentido de não continuar com o projeto de ampliação do Hospital Dr. Nélio Mendonça, voltando a sua atenção e os meios para a concretização do novo Hospital nos terrenos de Santa Rita, na freguesia de São Martinho, previamente afetados para o efeito. Assim, face ao exposto, a Câmara Municipal do Funchal delibera desenvolver todos os contatos institucionais junto do Governo Regional no sentido de que este reserve os terrenos de Santa Rita

como destino final para a construção do novo Hospital, abandonando os atuais planos de ampliação do Hospital D. Nélio Mendonça no modelo proposto.”-----

---O Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, interveio dizendo que o atual Plano Diretor Municipal, que está em vigor, já prevê esta zona para equipamentos públicos, pelo que não faz qualquer sentido a presente proposta de deliberação. Aquando da discussão pública da proposta do novo Plano Diretor do Funchal poderá então a CDU apresentar essa proposta, se assim o entender.-----

---O Senhor Vereador do CDS/PP, José Manuel Rodrigues, concordou que a Câmara tome esta posição de se construir um hospital novo e não ampliar o atual.-----

--- - Colocada à votação, foi aprovada, por maioria, com os votos contra do PSD.-----

-----**Declaração de Voto do PSD:** “O PSD vota contra, porque esta proposta da CDU é extemporânea e reflete o que já existe no PDM em vigor. Por outro lado, é na Assembleia Legislativa Regional que deve apresentar uma proposta destas.”-----

---O Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, ausentou-se da sala não participando na discussão e votação do ponto que se segue.-----

8 – PESSOAL:-----

----- - **Processo disciplinar – aplicação de pena:** - Perante o processo disciplinar (nº 14/2014), instaurado a António José Ramos de Faria e Castro, Coordenador Técnico a exercer funções

no Departamento de Águas e Saneamento Básico, por falta de zelo, obediência e correção, a Câmara deliberou, por unanimidade, mediante escrutínio secreto, aplicar a pena de repreensão escrita, nos termos e com os fundamentos do relatório final.-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às treze horas.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, diretor do Departamento Administrativo, na qualidade de Secretário, a redigi e subscrevo.-----

NOTA: Ata publicitada pelo Edital nº 200/2014, publicada nos locais de estilo